



# MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E EDUCAÇÃO DO CAMPO

---

**Rafael Rossi**

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

## **Resumo**

O presente artigo é instrumento pelo qual propomos uma reflexão necessária entre o materialismo histórico dialético e a educação do campo, ou melhor, em sua contribuição com a educação que vem sendo desenvolvida pela classe trabalhadora. Este conceito ainda em construção possui forte vinculação e determinação ontológica com as lutas de classes, os embates e conflitos que se materializam no espaço agrário e repercutem também na territorialidade imaterial dominante do agronegócio, inserido na lógica concentradora do modo de produção capitalista. Deste modo, é preciso recuperar constantemente uma reflexão coletiva e urgente sobre as contribuições marxistas e marxianas com relação ao materialismo histórico dialético e compreender como suas formulações e raciocínio permitem desmistificar discursos, reforçar e refinar pesquisas e empoderar a classe trabalhadora em seu processo emancipatório.

**Palavras-chave:** Educação do Campo, Materialismo Histórico Dialético, Luta de classes, Questão Agrária.

## **Abstract**

This article is the instrument by which we propose a necessary reflection of the dialectical historical materialism and field education, or rather, in his contribution to education being developed by the working class. This concept is still under construction and has strong connection with determining ontological class struggles, the struggles and conflicts that materialize in the agricultural space and also echo the dominant immaterial territoriality of agribusiness, the concentrator inserted logic of the capitalist mode of production. Thus, we must constantly retrieve a collective and urgent reflection on Marxist and Marxist contributions with respect to dialectical and historical materialism to understand how their formulations allow reasoning and demystify discourses, strengthen and refine searches and empower the working class in its emancipatory process.

**Keywords:** Field Education, Dialectic Historic Materialism, Class struggle, Agrarian Issue.

## INTRODUÇÃO

O presente texto é fruto de reflexões e estudos teóricos no desenvolvimento da tese de doutorado em Educação intitulada: “Educação Popular e Educação do Campo: Análise a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária no curso Pedagogia da Terra em São Carlos – SP”. A reflexão se dá no sentido de considerar o estudo e pesquisa sobre o método materialista histórico dialético como discussão indispensável na formação de educadores e educadoras do campo. Esse entendimento se justifica a partir dos embates envolvidos na questão agrária entre as classes dominantes e a classe trabalhadora camponesa que se articulam, por sua vez, à raiz estruturante das desigualdades e injustiças sociais do modo de produção capitalista.

O futuro educador ou educadora do campo precisa estar atento ao movimento presente na educação do campo para que não reproduza padrões de ensino de espaços e contextos urbanos no campo. Também é preciso afirmar que o método materialista histórico dialético permite compreender o campo enquanto local e território de vida, não somente destinado ao monocultivo e ao agronegócio de modo geral. Para conseguir explicitar tal contribuição dividiremos o trabalho em mais três partes que dialogam entre si. Na primeira parte apresentamos e problematizamos o entendimento que estamos construindo a respeito do método aqui em debate que ajuda na discussão sobre a Pedagogia do Movimento que vem sendo desenvolvida pelos trabalhadores camponeses organizados em seus movimentos sociais. Essa reflexão está presente na segunda parte, explicitando o caráter educativo que um coletivo desenvolve numa revalorização da educação nas lutas camponesas. Por fim a terceira parte conta com nossas considerações finais com relação ao tema do materialismo histórico dialético e a Pedagogia do Movimento enquanto discussões teóricas imprescindíveis de estarem presentes na formação de educadores/as do campo.

A dialética a que nos referimos neste texto não diz respeito à mesma discutida pelos gregos ou pelos idealistas. Dada à amplitude e complexidade que envolve este tema e que não é o foco central deste texto, temos a necessidade de explicitar nosso entendimento sobre o assunto já que desenvolvemos um debate sobre o materialismo histórico dialético na perspectiva marxista e, desse modo, podemos refletir sobre as práticas e reflexões presentes na raiz da educação do campo, enquanto uma educação da classe trabalhadora que vai além do destino encarado como certo, finito e acabado, pois “é apenas com Marx e Engels que a dialética adquire status filosófico (o materialismo dialético) e científico (materialismo histórico)” (GADOTTI, 1995, p. 19). Podemos afirmar que o materialismo histórico dialético torna-se uma importante ferramenta para transformar a realidade sob outras bases, sem a exploração humana, como se propõem a desenvolver os que lutam por terra e demais direitos no campo.

Nosso esforço com este debate, dito de outro modo, não é forçar um “encaixe” deste método na reflexão da educação do campo, interpretando esta com movimentos nítidos, claros e bem controlados. A opção em apresentar tal

proposição nesta parte da tese está em expor nosso entendimento sobre esse método, à luz de toda argumentação estruturada e desenvolvida até este ponto para que, assim, possamos compreender as potencialidades de pesquisa e de entendimento no vínculo da questão social em sentido amplo com a luta dos povos camponeses, numa premissa de transformação do real, tendo a prática educativa um papel central nesta tarefa histórica em construção.

### **MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO: CONCEITUAÇÃO E APROXIMAÇÃO**

A dialética pode ser entendida como “a ciência das leis gerais do movimento e desenvolvimento da natureza, da sociedade humana e do pensamento” (ENGELS, 1877). Para Lenin ela é “a doutrina do desenvolvimento na sua forma mais completa, mais profunda e mais isenta da unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano, que nos dá um reflexo da matéria em eterno desenvolvimento” (LENIN, 2011). A ideia de movimento também está presente na definição de Thalheimer (1979, p. 122): “Pode-se definir a dialética como a ciência das relações gerais que existem tanto na natureza como na História e no pensamento. O contrário da dialética é a observação isolada das coisas, unicamente no seu estado de repouso. A dialética somente considera as coisas em suas relações mais gerais, de dependência recíproca, não em repouso e sim em movimento”. Saviani (1996) possui uma lúcida e rica definição de dialética que precisa constar neste debate, pela sua capacidade mobilizadora. Este autor explana que o novo é oriundo do velho e que uma nova sociedade será moldada e construída a partir desta que vivenciamos e ajudamos a produzir. No entanto, pelo princípio da contradição, como veremos adiante, na presente sociedade também estão presentes forças dominantes que representam o velho, pois intencionam sua perpetuação na dominação. O novo, por lógica, é representado nas forças dominadas, pois não tendo interesse em continuarem sendo dominadas, intencionam a criação de outra organização societária. Deste modo, Saviani (1996) conclui que esta para ele é a concepção dialética, ou seja, uma concepção revolucionária e conseqüentemente histórica.

A raiz deste entendimento pode ser associada em Marx que se baseia numa concepção materialista da realidade em suas contradições e desenvolvimento dinâmico, daí a ideia de movimento, pois a dialética surge no debate marxista num esforço por superar a dicotomia e superação entre sujeito e objeto: “É o materialismo histórico, uma das componentes fundamentais da filosofia marxista-leninista, que elabora a teoria geral e o método de conhecimento da sociedade humana como sistema, estuda as leis da sua evolução e a sua utilização pelos homens.” (SPIRKINE; YAKHOT, 1975, p. 10). Marx analisa esse modo de compreender a realidade articulando seu pensamento com as condições materiais vividas e produzidas pelos homens:

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência. (MARX, 1996, p. 47)

Nesse trecho de Marx (1996) podemos perceber como o autor, embora não tendo sistematizado seu método, apresenta elementos que possibilitam pensar nas características do materialismo dialético. É materialismo, pois lida com as condições reais da vida, as condições objetivas em que se estruturam e se articulam as relações de produção entre os homens. Triviños (2006) explana que a diferença elementar entre o idealismo e o materialismo no tocante à questão do conhecimento, está no fato de que o materialismo interpreta a origem das ideias e sua formação embasada em formações materiais e, assim, é a práxis material que irá determinar as ideias e não o contrário. Também é materialista, já que coloca no centro da origem da vida social, política e espiritual o modo de produção, sendo este o condicionante geral dos demais, ou seja, a totalidade, repercutindo, inclusive no ser social e este, por sua vez, determinando a consciência social. Para o materialismo histórico a prática é entendida como uma “ação material, objetiva, transformadora, que corresponde a interesses sociais e que, considerada do ponto de vista histórico-social, não é apenas produção de uma realidade material, mas sim a criação e o desenvolvimento incessantes da realidade humana” (VÁZQUEZ, 2007, p. 213). Assim a ideia não nasce da pura abstração, mas da realidade construída e vivida pelos homens.

O materialismo dialético – considera que a matéria é o princípio primordial e que o espírito seria o aspecto secundário. A consciência – que já é um ponto da matéria, permite que o mundo se reflita nela, o que assegura a possibilidade que tem o homem de conhecer o universo. A ideia materialista do mundo reconhece que a realidade existe independente da consciência. (TRIVIÑOS, 1987, p. 50)

Triviños (1987) permite ampliar reforçar a ideia da matéria e da análise objetiva, já que a dialética, como iremos nos aprofundando neste debate, discute as partes de modo integrado para se chegar à ideia da totalidade, num processo de totalização explícito em: “A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade [...] sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política”. Porém a construção dessa percepção sempre se dá tendo como ponto de partida a materialidade da vida. Kosik (2010) argumenta que o homem ante a realidade não se conforma como um ser abstrato, mas sim que age objetivamente sobre a natureza de acordo com suas necessidades e interesses, contribuindo para a estruturação das relações sociais. Assim, num primeiro momento o homem experimenta a atividade criadora que gera a representação das coisas, no entanto, essa consciência e representação estão passíveis de mudança e transformação, por isso que “representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas”. (KOSIK, 2010, p.19, destaque do autor). É importante afirmar, neste ponto, como nos adverte Gadotti (1995) que a dialética em Marx não se resume tão simplesmente em um método para se alcançar a verdade, mas sim se trata, sobretudo de um entendimento de homem, de sociedade e das relações entre homem e sociedade. Em sentido próximo ao de Gadotti (1995) está Frigotto (2000) esclarecendo que no materialismo histórico dialético está presente uma concepção de realidade, de mundo e da vida de modo geral. Trata-se, assim, de uma postura precedendo o método, sendo que este “constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais.” (FRIGOTTO, 2000, p.77).

O materialismo histórico dialético compreende a história num movimento de luta entre contrários, entre opostos. No entanto, ele não considera a matéria e o pensamento como princípios isolados, sem interconexões, mas sim dentro de um mesmo todo universal e indivisível (GADOTTI, 1995). Justamente por isso a dialética se debruça sobre o entendimento e pesquisa das leis gerais do universo, comuns em vários e múltiplos aspectos da realidade, englobando tanto a natureza física quanto o pensamento e a sociedade. Já o materialismo implica numa concepção científica em que o mundo corresponde à materialidade de uma realidade em que há a presença do homem que a conhece e a modifica, a transforma por meio de seu trabalho (material e imaterial).

É relevante afirmar no mesmo sentido do alerta contido em Konder (1998) que Marx não “inventou” a luta de classes, somente a analisou observando as consequências e relacionamentos entre as partes que a constituía. O ex-presidente dos Estados Unidos da América do Norte, James Madison já tinha registrado em 1787 que “proprietários e não proprietários sempre formaram interesses diversos dentro da sociedade” (KONDER, 1998, p. 29). No entanto o marxismo ao desenvolver o materialismo histórico e dialético amplia essa visão e se posiciona politicamente como uma teoria de empoderamento da classe trabalhadora em seu exercício conjunto de desenvolver a práxis. Thalheimer

(1979) esclarece que a luta de classes é comum na existência de determinada sociedade de classes, sendo impossível conceber uma sociedade de classes sem luta de classes “do mesmo modo que não é possível imaginar a matéria sem movimento ou uma partícula de matéria sem as vibrações caloríficas da molécula que a compõe.” (THALHEIMER, 1979, p.129). Freire contribui nesta discussão ao afirmar que:

Não é possível um compromisso verdadeiro com a realidade, e com os homens concretos que nela e com ela estão, se desta realidade e destes homens se tem uma consciência ingênua. Não é possível um compromisso autêntico se, àquele que se julga comprometido, a realidade se apresenta como algo dado, estático e imutável. Se este olha e percebe a realidade enclausurada em departamentos estanques. Se não a vê e não a capta como uma totalidade, cujas partes se encontram em permanente interação. Daí sua ação não poder incidir sobre as partes isoladas, pensando que assim transforma a realidade, mas sobre a totalidade. É transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário. No primeiro caso, sua ação, que estaria baseada numa visão ingênua, meramente “focalista” de realidade, não poderia constituir um compromisso. (FREIRE, 1979, p. 21).

Em decorrência dessa linha de análise o marxismo não separa em nenhum momento a prática, entendida enquanto ação; da teoria, entendida enquanto conhecimento e desse modo: “A prática é o critério de verdade da teoria, pois o conhecimento parte da prática e a ela volta dialeticamente” (GADOTTI, 1995, p. 23). Paulo Freire em “A Pedagogia do Oprimido” também aborda essa discussão ao argumentar sobre a necessidade da práxis, para que a ação sem estudos teóricos não se torne puro ativismo e também para que a reflexão teórica sem análise empírica não se torne “blábláblá”. Frigotto (2000) reforça esse entendimento ao considerar que o materialismo histórico dialético se estrutura numa concepção de conhecimento que é oriundo na e pela práxis, enquanto unidade inseparável entre teoria e ação. Assim sendo, a reflexão teórica que se dá na busca pela compreensão da prática, não se conforma em uma compreensão utilitarista, mas em razão da ação que vise a transformar. Vieira Pinto (1979) possui importante alerta sobre a lógica dialética:

A lógica dialética distingue-se, ademais, da formal por ser aquela indispensável para compreender todos os acontecimentos em que o homem é simultaneamente o

investigador e um dos elementos do problema investigado. A presença do homem impõe o emprego da razão dialética porque a compreensão do fenômeno humano, em si mesmo e em sua atuação sobre a realidade, pertence de direito à dialética. Esta é a ciência do processo universal da realidade, suas leis estão presentes no íntimo dos seres e dos acontecimentos, mas somente na reflexão humana se faz consciente de si. (VIEIRA PINTO, 1979, p. 186)

Compreendendo a essência contraditória da natureza e da ação humana, a dialética trata de perceber os movimentos inerentes a cada fenômeno como parte de uma dinâmica mais ampla inserida numa realidade em movimento maior. Com relação à prática, neste sentido, interpretando-a no sentido marxista como critério de verdade, o autor explica: “A prática só se constitui em critério de verdade em vista da formulação prévia de finalidades, o que, como função superior da ideia, é apanágio da consciência humana.” (VIEIRA PINTO, 1979, p. 215). Dessa forma, compreendemos que os estudos sobre educação do campo, em especial os de Pedagogia da Terra e que contribuem na formação de educadores e educadoras não pode prescindir da discussão do materialismo histórico dialético, para não perder de vista a “finalidade” propositiva, de construção de uma articulação efetiva dos direitos sociais também às populações camponesas. O risco em se separar teoria e prática também já fora abordado por Emir Sader (2009)<sup>i</sup>:

Inevitavelmente a análise e a denúncia passaram a predominar sobre as propostas, as alternativas. Houve um deslocamento dos temas, mas também um deslocamento a favor da teoria desvinculada da prática política. Prática política sem teoria, teoria sem prática – os dois problemas passaram a pesar como um carma sobre o marxismo e a esquerda. A prática política da esquerda tendeu ao realismo, ao possibilismo, ao abandono da estratégia, enquanto a teoria marxista tendeu ao intelectualismo, a visões especulativas, de simples denúncia, de polêmicas ideológicas em torno dos princípios, sem desdobramentos práticos.

Assim a prática precisa estar articulada ao conhecimento, justamente para que este seja comprovado e requalificado de acordo com a dinamicidade do fenômeno estudado. Marx e Engels (2002) afirmam:

A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica. (MARX e ENGELS, 2002, p. 100).

Os autores, desenvolvendo o argumento sobre o materialismo, colocam no plano do empírico a verificação da coerência ou não da teoria. A práxis, nesse sentido, se torna eminentemente revolucionária e de extrema relevância para o empoderamento da classe trabalhadora em sua luta pela emancipação e libertação de toda sociedade, porque o materialismo histórico dialético irá demonstrar com a lógica dos contrários em seu movimento a tarefa histórica do proletariado em lutar criticamente pela efetividade universal da justiça social, com a sobreposição do modo de produção, pois “Para a lógica dialética [...] decorre que tudo está em movimento, que todo movimento é causado por elementos contraditórios, coexistindo numa totalidade estruturada” (GADOTTI, 1995, p. 27). Essa é uma empreitada de extrema complexidade e permeada de dificuldades, justamente em decorrência da transformação constante da realidade:

A doutrina materialista que pretende que os homens sejam produtos das circunstâncias e da educação, e que, conseqüentemente, homens transformados sejam produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado. [...] A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou automudança só pode ser considerada e compreendida racionalmente como práxis revolucionária. (MARX, 2002, p. 186)

Essa passagem na tese 3 de Marx sobre Feuerbach, está presente a concepção de materialismo que ele defendia, num entendimento de transformação, destacando o papel da educação como prática e exercício de atualização perante esse movimento da realidade social, inclusive como responsabilidade também do próprio educador que precisa ser atualizado, refletir continuamente. Nesse sentido, Gadotti (1995) ajuda no debate sobre o movimento dialético dos contrários na história, argumentando que cada processo de desenvolvimento seja de um fenômeno, seja de uma coisa, apresenta indiscutivelmente sempre uma



contradição principal que irá originar e determinar a existência de outras. Na contradição principal existirá sempre um papel determinante e outro secundário, sendo que é o determinante o que irá representar a principal contradição e “a contradição principal da sociedade capitalista é a existência de duas classes: o proletariado trabalhador e a burguesia improdutiva.” (GADOTTI, 1995, p. 29). A apreensão dessa contradição matriz das desigualdades sociais e das demais contradições no modo de produção capitalista leva necessariamente no tocante à tarefa educacional num posicionamento contra hegemônico que realizemos uma reflexão coletiva no mesmo sentido já apontado por Paulo Freire em toda sua obra e descobriremos a qual classe social pertencemos e qual nosso devir histórico no entendimento gramsciano, pois: “o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma finalidade de trações recebidas sem benefício ou inventário” (GRAMSCI, 1978, p. 12). Este é um devir histórico humano, já que:

A história não faz nada, não possui nenhuma imensa riqueza, não liberta nenhuma classe de lutas: quem faz tudo isso, quem possui e luta é o homem mesmo, o homem real, vivo; não é a história que utiliza o homem como meio para trabalhar seus fins – como se tratasse de uma pessoa à parte – pois a história não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos. (FREIRE, 1981, p. 133)

É por isso que no método materialista histórico dialético a história ainda pode ser transformada de modo mais igualitário pelos homens em sua prática como apontado por Freire (1981), no caminho do “inédito-viável”. Concordamos com os autores e em razão desse entendimento que analisamos as contradições entre o modelo de desenvolvimento agrário do agronegócio e da agricultura camponesa e também da educação para campo e do campo nos capítulos 02 e 03. Tanto os modelos produtivos agrícolas quanto as perspectivas educacionais estão, respectivamente, vinculados ao paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária, como debatemos no capítulo 04. Essa percepção dos antagonismos e embates permite apreender a história da educação popular e da educação do campo, sob um prisma de valorização do ato de refletir sobre as práticas pedagógicas realizadas pelos movimentos sociais e como estes a utilizam como fortalecimento de coletividades e enraizamento de identidade, pois a dialética possibilita “pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.” (KONDER, 1998, p. 05). No entanto, as contradições precisam ser refletidas e analisadas à luz da totalidade, pois “para a dialética marxista, o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um

processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” (KONDER, 1998, p. 34). Desse modo, reforçamos os argumentos dos pesquisadores que discutimos sobre a educação do campo quando defendem a vinculação desta tendo como articulação intrínseca e necessária os embates da questão agrária na atualidade – conforme abordamos no capítulo 02 – e esta, por sua vez, ao modo de produção capitalista. Este princípio é encarado por Gadotti (1995) como a lei de que “tudo se relaciona” em que: “objetos e fenômenos são ligados entre si, condicionando-se reciprocamente. O método dialético leva em conta essa ação recíproca e examina os objetos e fenômenos buscando entendê-los numa totalidade concreta.” (GADOTTI, 1998, p. 24).

Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. [...] A totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem. No trabalho, por exemplo, dez pessoas bem entrosadas produzem mais do que a soma das produções individuais de cada uma delas, isoladamente considerada. Na maneira de se articularem e de constituírem uma totalidade, os elementos individuais assumem características que não teriam, caso permanecessem fora do conjunto. (KONDER, 1998, p.34 e 35)

Na mesma linha de raciocínio de Gadotti (1995) está o trecho de Konder (1998) reafirma a ideia de se trabalhar as partes de um fenômeno ou processo sem desarticular com o todo das partes, a totalidade. Assim, caminha-se rumo a uma visão de conjunto dos elementos que estruturam o mesmo fenômeno ou processo, pois “não é a predominância dos motivos econômicos na explicação da história que distingue decisivamente o marxismo da ciência burguesa: é o ponto de vista da totalidade”. (LUKÁCS, 1974, p.64). Kosik (2010) também argumenta sobre a questão da totalidade, numa advertência em não nos limitarmos na análise das partes, acreditando realizar dessa forma uma análise do todo. É preciso, pois assumir a unidade das contradições e a dialética do fenômeno e sua essência, assim, na análise da totalidade não é preciso abranger todos os elementos da realidade material pesquisada, mas sim a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 2010, p. 44). Dessa forma:

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo *se cria a si mesmo* na interação das partes. (KOSIK, 2010, p. 50, destaque do autor).

Várias críticas são feitas a essa perspectiva argumentando, em sua maioria de pesquisadores que se intitulam “pós-marxistas”, argumentando que se prender na análise de conjunto minimiza as diferenças e as diversidades culturais, étnicas, religiosas etc. dos vários grupos em questão. Entretanto, o debate sobre tais diferenças, especificidades e diversidade quando articulado a uma visão totalizante, permite avançar rumo a outras problematizações igualmente relevantes como, por exemplo, a discussão de políticas públicas intersetoriais para lidar com a exclusão social ou políticas educacionais de respeito e que prezem pela autonomia dos povos do campo que numa compreensão histórica de conjunto foram excluídos e expropriados de seus territórios de diversas maneiras. Thalheimer (1979) explica que o materialismo histórico dialético não nega os distintos agrupamentos, no entanto, demonstra que as classes sociais numa visão mais totalizante desempenham maior influência na marcha da história da sociedade de classes enquanto que os demais agrupamentos desempenham um papel secundário. É em razão disto que:

O indivíduo nunca pode tornar-se a medida de todas as coisas. Pois, quando o indivíduo confronta a realidade objetiva, faz face a um complexo de objetos inalteráveis e prontos que apenas permitem a ele a resposta subjetiva de reconhecimento ou rejeição. Só a classe... pode relacionar-se como o todo da realidade de uma maneira prática e revolucionária. E a classe também só pode fazê-lo se estiver apta a ver através da objetividade reificada do mundo dado o processo que é simultaneamente o seu próprio destino. (LUKÁCS, 1974, p. 220)

Lukács (1974) demonstra o porquê não focar a análise somente nas partes ou no indivíduo, já que este se insere em um complexo de objetos e de relações sociais que somente a concepção de classe, permite avançar na visão da totalidade. A classe trabalhadora camponesa articulada em seus movimentos sociais vem demonstrando efetivamente que o todo é mais que a soma das partes, já que coletivamente desenvolvem estratégias de criação e recriação de sua cultura,

problematizando a necessidade de políticas de democratização do ensino – em suas várias modalidades- como foi o caso do surgimento do PRONERA. Sob esse aspecto:

A Educação do Campo tem motivado, nas duas últimas décadas, debates, pesquisas, Políticas Públicas e ações de Movimentos Sociais organizados. A partir do final dos anos 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), juntamente com outras organizações sociais, engajou-se num movimento nacional por uma Educação do Campo, com grande mobilização e forte pressão social. Tal mobilização foi capaz inclusive de pressionar o Estado por políticas públicas para o campo. Além disso, mudou o foco teórico do debate, com a conceituação da Educação do Campo em contraposição com as populações que vivem e trabalham no campo. (VENDRAMINI, 2010, p. 127).

Desse modo, como bem assinala Vendramini (2010), essa mesma classe trabalhadora camponesa ao realizar tais empreitadas e ao revalorizar a educação nas suas lutas populares. Num entendimento próximo ao de Vendramini (2010) Neto e Bezerra (2010) afirmam que o método materialista histórico dialético parte sempre do particular para o geral, do empírico e do concreto, residindo neste fato a sua relevância para a compreensão dos movimentos de luta pela terra e o processo educativo que desenvolvem, resgatando, desse modo, o sentido da dialética marxista na educação enquanto um ato puramente provocador:

A dialética intranquiliza os comodistas, assusta os preconceituosos, perturba desagradavelmente os pragmáticos ou utilitários. Para os que assumem, consciente ou inconscientemente, uma posição de compromisso com o modo de produção capitalista, a dialética é “subversiva”, porque demonstra que o capitalismo está sendo superado e incita a superá-lo. Para os revolucionários românticos de ultraesquerda, a dialética é um elemento complicador utilizado por intelectuais pedantes, um método que desmoraliza as fantasias irracionalistas, desmascara o voluntarismo e exige que as mediações do real sejam respeitadas pela ação revolucionária. Para os tecnocratas, que manipulam o comportamento humano (mesmo em nome do socialismo), a dialética é a teimosa rebelião daquilo que eles chamam de “fatores imponderáveis”: o

resultado da insistência do ser humano em não ser tratado como uma máquina. (KONDER, 1998, p.81)

A dialética não foi feita para ser desenvolvida e refletida em “locais fechados” ou em uma “pesquisa de gabinete” desenvolvendo abstrações idealistas de que o debate intelectual naturalmente desembocaria numa transformação qualitativa. Assumir um posicionamento materialista histórico dialético é, antes de tudo, se propor ao trabalho de coletivamente desenvolver a práxis. Essa não é uma ideia nova na história, pois Marx em sua tese 11 sobre Feuerbach já demonstrava a mesma preocupação: “Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras, do que se trata é de transformá-lo” (MARX, 2002, p. 103). Demo (1995) possui um debate amplo sobre as implicações de trazer à discussão da teoria e do conhecimento científico a questão da prática. O autor afirma que essa relação implica em: 1) construir uma revisão teórica, já que na prática a teoria se faz ou não verdadeira; 2) obriga o pesquisador a “sujar” as mãos, tornando-o condenável e submetendo-o ao julgamento histórico; 3) imprime à teoria um caráter mais produtivo, já que a relaciona a uma realidade em processo e plena de conflitos; 4) submete a teoria a um “teste saudável” já que apresenta pela análise empírica a diferença entre discurso e prática, encarando os pesquisadores como “gente que duvida, que erra, que deturpa, mas que, sabendo disso, quer reduzir o desacerto” (DEMO, 1995, p. 104); 5) leva ao questionamento permanente sobre a formação acadêmica, pois repensa sua superficialidade e o potencial das “ciências sociais baluarte concreto da realização humana, da salvaguarda da democracia, da vigilância indomável contra as desigualdades sociais” (DEMO, 1995, p. 104) e, por fim, 6) recoloca a questão política da realidade social, com a possibilidade de construção de nosso próprio caminho e história.

No caso da pesquisa de doutorado que desenvolvemos: analisar a questão agrária, perceber seus modelos produtivos antagônicos e com projetos societários divergentes, apreender as perspectivas educacionais presentes nestes dois paradigmas que estruturam essa realidade e articulá-la ao funcionamento expansionista e desigual do modo de produção capitalista nos leva a irremediavelmente dois posicionamentos: ou nos engajamos na luta pela democratização educacional sem deixar de refleti-la no contexto mais global do atual período histórico em que vivemos ou nos colocamos numa postura “neutra” e analisamos teoricamente tais dinâmicas não nos preocupando com o sentido social das pesquisas acadêmicas e, neste caso, como já argumentamos em toda tese, não estaremos fortalecendo a luta da classe trabalhadora, mas sim uma manutenção da corrente hegemônica sem a crítica mobilizante, sem nos deixar incomodar com os conflitos da realidade. Neste ponto, precisamos lembrar do alerta contido em Vieira Pinto (1979) quando o autor afirma que o cientista também é um trabalhador, pois o trabalho é uma atividade que transforma a realidade de acordo com interesses, fins e necessidades em consonância com o pertencimento do trabalhador a um meio social, inscrito em determinado período

histórico. Assim a prática pela reflexão teórica é um dos pilares do materialismo dialético que não se conforma somente embasado na matéria:

Mas o materialismo dialético não só tem como base de seus princípios a matéria, a dialética e a prática social, mas também aspira a ser a teoria orientadora da revolução do proletariado. O materialismo dialético significa a superação do materialismo pré-marxista, no que este tem de metafísico e idealista. A filosofia, na concepção do materialismo dialético, sofreu modificação substancial. Ao invés de ser um saber específico e limitado a determinado setor do conhecimento, o pensar filosófico tem como propósito fundamental o estudo das leis mais gerais que regem a natureza, a sociedade e o pensamento e, como a realidade objetiva, se reflete na consciência [...] Através do enfoque dialético da realidade, o materialismo dialético mostra como se transforma a matéria e como se realiza a passagem das formas inferiores às superiores. (TRIVIÑOS, 1987, p. 51)

Triviños (1987) argumenta sobre o caráter teórico do conhecimento gerado pela análise do materialismo histórico dialético. Um conhecimento, um saber que não se fragmenta em especialidades desconexas e que produzem quase que uma “cultura enciclopédica”, mas sim uma teoria fundamentalmente analítica e “intranquilizadora” no sentido atribuído por Konder (1998). Ao estudar as leis gerais da sociedade em seus antagonismos, a consciência em processo de construção e que coletivamente se constrói, explicita uma passagem gradual – no sentido de processual – de formas “inferiores” – aqui compreendidas enquanto a visão ingênua de que nos fala Freire – às “superiores” ou compreensões menos ingênuas, já que a criticidade não é finita e absoluta, mas está em permanente processo de produção. O conhecimento nunca é acabado no materialismo dialético, sempre é possível ter uma atitude radical – isto é: uma atitude que se propõe ir à raiz da questão em estudo – que gere constantemente novos conhecimentos e saberes, pois a própria realidade está em movimento a partir do relacionamento conflituoso das forças produtivas que a determina. Outra grande contribuição deste método é a capacidade de gerar autonomia de reflexão, como já apontava Thalheimer (1979): “É o método que empregava Kant quando dizia a seus alunos: O que eu quero não é ensinar-lhes um determinado sistema filosófico, mas que aprendam a filosofar vocês mesmos, a formar uma opinião própria”.

Apesar de ser um método de extrema complexidade, vários autores se propuseram a tarefa em apreender quais são as leis gerais do materialismo histórico dialético. Saviani (1996) nos explica que a lógica dialética não se predispõe a estudar as leis que governam o pensamento, mas sim as que governam o real e a sua expressão no pensamento, numa construção de categorias sobre o concreto. Assim a lógica dialética é uma lógica dos conteúdos em sentido contrário à lógica formal que se preocupa com as formas. O autor continua em sua análise entendendo a lógica dialética como um processo de elaboração do concreto no pensamento, portanto ela supera a lógica formal, sendo esta última parte integrante da lógica dialética. Pires (1997) explana que a lógica formal não é capaz de analisar e explicar as contradições não desenvolvendo também, dessa forma, o movimento para a compreensão das coisas. Em razão dessa deficiência que o método materialista histórico dialético se baseia no pensamento em movimento, na materialidade histórica dos homens na sociedade, buscando descobrir as leis fundamentais da sua organização.

#### **DISCUTINDO A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO**

A educação do campo desenvolvida pela classe trabalhadora camponesa em seu processo de recriação e proposição de um projeto produtivo contra hegemônico encontra nos movimentos sociais, em especial no MST, que ajudou a contribuir na sistematização dessas práticas educativas, forte contribuição para refletirmos sobre a coletividade enquanto elemento pedagógico conjunto e permanente: a Pedagogia do Movimento. A partir do debate conceitual sobre o materialismo histórico dialético e sua relação com uma visão mais crítica sobre o campo e seus conflitos, a Pedagogia do Movimento aponta como compreender a educabilidade de um movimento social e coletivo.

A Pedagogia do Movimento reafirma, para o nosso tempo, a radicalidade da concepção de educação, pensando-a como um processo de formação humana que acontece no movimento da práxis: o ser humano se forma transformando-se ao transformar o mundo. (CALDART, 2012, p. 548)

Nossa argumentação se baseia no fato de que ocupações, acampamentos, marchas, palestras, estudos etc; são momentos riquíssimos das práticas desses sujeitos coletivos que ajudam a formar sua identidade e desenvolverem vínculos afetivos e de companheirismo que, felizmente em muitos casos, sustentam-se por toda vida e, dessa forma, práxis educativa a partir da consideração do movimento

desenvolvido entre formação política, estudos e trabalho (entendido enquanto categoria ampla para ressignificar as práticas coletivas dos camponeses em seus movimentos sociais) é fundamental para avançar no respeito e consideração da educabilidade presente no desenvolvimento conjunto de contestação e proposição educativa camponesa. Concordamos com o fato de que: “Toda práxis é processo de formação ou, mais exatamente, de transformação de uma matéria.” (VÁZQUEZ, 2007, p.371), pois no ato concomitante entre resistir, propor, anunciar e lutar o grupo que desempenha tais ações conquistam práticas de educação que precisam ser interpretadas no contexto em que se inserem.

A organização é a forma de mediação entre a teoria e a prática. E, como em toda a relação dialética, também aqui os membros da relação dialética só na e pela mediação se tornam concretos e reais. O caráter da organização, mediadora entre a teoria e a práxis, aparece com a máxima clareza no fato de a organização manifestar uma sensibilidade muito maior, mais apurada e mais segura para a divergência entre as tendências do que qualquer outro domínio do pensamento e da ação históricos. Enquanto na pura teoria podem coexistir em paz as mais diversas concepções e tendências e as suas oposições assumem a forma de meras discussões que podem desenvolver-se tranquilamente no quadro de uma única e mesma organização, as mesmas questões, quando aplicadas aos problemas de organização, apresentam-se como tendências rígidas que se excluem mutuamente. (LUKACS, 1974, p. 307)

Lukács (1974) apresenta um conceito de fundamental importância no entendimento sobre a Pedagogia do Movimento desempenhada pelos sujeitos do campo: a organização. Este é um elemento importante, pois como assinalado pelo autor, no exercício de se fortalecer um coletivo a ampla gama de opiniões, culturas, crenças e modos de fazer a “leitura do mundo” é muito grande e se coloca como desafio permanente na pauta de preocupações dos movimentos sociais. Trata-se de um desafio com um caráter eminentemente pedagógico, já que implica num esforço e exercício prático de lidar com essa diversidade interna sem desarticular com a luta maior que desenvolvem, no entanto, além de desafio igualmente é uma potencialidade de se fortalecerem enquanto grupo, enquanto classe social e também enquanto trabalhadores organizados e em formação intelectual contínua, para avançarem na compreensão do “processo histórico, no seu papel de mediador entre o passado e o futuro”. Desse modo, pesquisar a Pedagogia do Movimento como um dos elementos da prática da educação do



campo implica em compreender que a educação dos sem terra ocorre também e, sobretudo, fora da escola:

A herança que o MST deixará para seus descendentes será bem mais do que a terra que conseguir libertar do latifúndio; será um jeito de ser humano e de tomar posição diante das questões de seu tempo; serão os valores que fortalecem e dão identidade aos lutadores do povo, de todos os tempos, todos os lugares. É enquanto produto humano de uma obra educativa que os Sem Terra podem ser vistos como mais um elo que se forma em uma longa tradição de lutadores sociais que fazem a história da humanidade. Enraizamento no passado e projeto de futuro. A educação dos sem terra do MST começa com o seu enraizamento em uma coletividade, que não nega o seu passado, mas projeta um futuro que eles mesmos poderão ajudar a construir. Saber que não está mais solta no mundo é a primeira condição da pessoa se abrir para esta nova experiência de vida. Não é este o sentimento que diminui o medo numa ocupação, ou faz enfrentar a fome num acampamento? Por isso para nós o coletivo não é um detalhe, é raiz de nossa pedagogia. (MST, 2001, p. 201)

Pode-se perceber uma evidência inédita desempenhada pelos sujeitos da educação do campo: uma intrínseca preocupação com o futuro baseada na formação ética e com comprometimento social de seus descendentes. Esses sujeitos coletivos do campo invertem a tradicional frase: “Que mundo deixaremos para nossos filhos?” e humilde e eticamente se questionam: “Que filhos deixaremos para o mundo?”. Essa dimensão de desenvolvimento da afetividade humana através da participação em tais lutas é de suma importância para compreendermos como se dá a educação em contextos não escolares. Os Sem Terra aprenderam que não estão sós no mundo e que justamente por isso, devem estar no mundo, entendê-lo, estudá-lo, para juntos transformá-lo e torna-se importante, dia te desse desafio e compromisso, compreender o processo contraditório presente na realidade, de forma a entendermos que a situação enfrentada pelos sujeitos que lutam e se engajam nos movimentos sociais do campo, não se apresenta natural e absoluta, pelo contrário, é passível de mudança e deve ser transformada pela luta dos homens (oprimidos) e coletivamente organizados.

Torna-se relevante afirmar que os movimentos sociais se constituem em sujeitos educadores e educandos, pois não se colocam fora de suas batalhas e de sua cultura. Ao contrário desenvolvem dialeticamente luta e educação, por bases

sólidas materializadas em canções, poesias, palavras de ordem e práxis coletiva, que exprimem uma compreensão do mundo e da história enquanto possibilidade, ou seja, se fundamentam na dimensão educativa de seu movimento, movimentando também suas bases pedagógicas e, nesse processo, as consciências dos militantes.

A educação é tanto um ato político quanto um ato político é educativo. Não é possível negar, de um lado, a politicidade da educação e, do outro, a educabilidade do ato político. Nesse sentido, todo partido é sempre educador. Tudo depende de qual educação é essa que esse partido faz, depende com quem ele está, a favor de quem está o educador ou a educadora. Se educação é sempre um ato político e os/as educadores/as são seres políticos, importa saber a favor de quem fazemos política, qual a nossa opção [...] Educação libertadora ou é aventura permanente ou não é criadora. E não há criação sem risco; e o que temos a fazer é reinventar as coisas. (FREIRE, 2012, p. 29)

É essa prática educativa presente no ato político dos movimentos, como o MST, que está presente sua educação emancipadora, pois a vida educa e as pessoas se educam em suas lutas, unidos por uma cultura e consciência libertadora que se constrói na prática social e que permite surgir uma outra sociedade, qualitativamente mais justa que a atual. É nesse ponto também que reside a diversidade de agentes que compõe o MST, por exemplo, e que ajudam na união pela transformação:

A outra subdivisão do caráter popular e que o torna mais popular ainda é que, desde o início, talvez até pelo trabalho da Igreja fomos pouco sectários. Ou seja: somos um movimento camponês que tem essa raiz da terra, essa ideologia em que entra todo mundo que queira lutar pela reforma agrária. Pode entrar o militante urbano, o técnico da emater, o padre etc. Ninguém ficava pedindo atestado de atuação. Isso também deu uma consistência maior para o MST. Ele soube se abrir ao que havia na sociedade. Simplesmente ele não se fechava e não se fecha em um movimento camponês típico, no qual só entra quem pega na enxada. (STEDILE e FERNANDES, 2012, p. 34)

Dentre tantas abordagens possíveis de serem pesquisadas nas práticas pedagógicas da educação do campo desempenhada pelos movimentos sociais em seus múltiplos e diversos militantes do ponto de vista de suas atuações, focamos na educabilidade pelo trabalho, pois este tema organiza as preocupações cooperativas dos militantes sejam em seus acampamentos e/ou assentamentos, sejam no tocante às questões e planejamentos educativos. Através do trabalho coletivo, os educandos/as pensam sua escola e sua organização; também refletem sobre seus conteúdos e sistemas temáticos, se preocupando com o senso de coletividade e a história de suas disputas no campo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos teóricos realizados com a tese de doutoramento em Educação em andamento e da discussão do materialismo histórico dialético e da Pedagogia do Movimento enquanto elementos fundamentais na formação do educador/a do campo, compreendemos duas características relevantes de serem reafirmadas nesta discussão: a prática, pois além de ser estudado pelos militantes dos movimentos sociais camponeses, ganha maior potencialidade interventiva e analítica perante esses sujeitos, pois eles praticam este método e essa prática, como já abordamos na exposição de Thompson (1987), é fundamental para a pesquisa em Educação. Portanto, o movimento de educação do campo problematiza constantemente a garantia dos direitos sociais no campo, explicitando-o enquanto território de vida, pois eles vivenciam os embates e conflitos da questão agrária. Embasados na dialética marxista o movimento educação do campo, não é somente um movimento pelo fato de congrega pesquisadores, populações camponesas, simpatizantes da luta pela terra e demais militantes; mas é também movimento pois representa a expressão do novo, como nos ensinou Saviani (1996) no início deste item.

Esse ponto nos leva ao segundo elemento que não pode passar despercebido: a contradição, já que os movimentos camponeses se tratam das forças dominadas, porém que resistem de diversos modos (dentre eles revalorizando sua cultura) em contradição explícita com as forças dominantes (entendidas na atualidade como a expressão do agronegócio e das multinacionais) e, desse modo, ambas as forças fazendo parte de um todo da questão agrária e o processo de desenvolvimento capitalista no campo. Por isso, a própria educação do campo pode ser considerada movimento, pois se relaciona com esta contradição lutando com o velho (as forças dominantes) e construindo culturalmente o novo com suas lutas populares, sua Pedagogia do Movimento, seu modo de produção agroecológico (efetivamente saudável e verdadeiramente sustentável) e seu projeto societário alternativo, sendo que tais questões e debates precisam estar presentes na formação de educadores/as do campo para que este não seja visto e encarado como território somente do agronegócio.

Desse modo, chegamos à percepção do empírico ao concreto: parte-se do real, do material, do vivido, do embate, do empírico para coletivamente repensá-lo e transformá-lo indo rumo ao concreto, como nos explicou sobre essa diferenciação Pires (1997), sendo que neste processo os homens e o materialismo das relações sociais são encarados como agentes protagonistas rumo à mudanças qualitativas na sociedade, numa perspectiva que se baseia na totalidade, pois como já nos explicou Marx: “Partindo daqui, é necessário caminhar em sentido contrário até chegar finalmente de novo ao real, que não é mais a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas.” (MARX, 1996, p.247).

Em razão desta linha de argumentação, a quarta característica deste método na educação do campo é o Movimento: falamos em “Pedagogia do Movimento” como abordamos no item anterior, no sentido da educabilidade presente num movimento social, mas também no fato de desempenharem o processo, o movimento das contradições da questão agrária e a questão educacional e como esta educação impulsiona o movimento coletivo de luta, resistência e (re) criação camponesa em que seus educandos/militantes refletem sobre a realidade, analisam as contradições e conflitos (pois vivenciam as lutas de classes na questão agrária), se articulam junto a outras instituições (como a universidade, por exemplo) e problematizam alterações e subsídios nas políticas educacionais no campo.

## REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. Anti Duhring. 1877. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/zip/antiduhring.pdf>> Último acesso: Out. 2013.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a Liberdade e outros Escritos. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Para trabalhar com o povo. In: PELOSO, Ranulfo (org.) Trabalho de Base. São Paulo: Expressão Popular, 1ª Ed, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 6ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética da Educação – Um estudo introdutório*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 25 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LÊNIN, V. I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe – estudos de dialética marxista*. Porto – Portugal: Publicações Escorpião. 1974

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. *Nossa concepção de educação e de escola*. Dossiê MST-Escola, Setor de Educação do MST, 2001.

NETO, Luiz B.; BEZERRA, Maria Cristina S. *A importância do materialismo histórico dialético na formação do educador do campo*. Revista HISTEDBR on line, numero especial, p. 251-272, 2010.

PIRES, Marília Freitas C. *O materialismo histórico-dialético e a Educação*. Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação; v.1, n.1, p. 87-94. 1997.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica*. 11ª ed. São Paulo: Ed. Associados, 1996.

SPIRKINE, A. YAKHOT, O. *Princípios do Materialismo Histórico*. São Paulo: Estampa, 1975.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª Ed, 2012.

THALHEIMER, August. *Introdução ao Materialismo Dialético*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar. 1987.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais – A pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto S. A dialética materialista e a prática social. Revista Movimento, v.12, n.02, p. 121-142, 2006.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Tradução: Maria Encarnación Moya. Buenos Aires: CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VENDRAMINI, Célia Regina. A Educação do Campo na perspectiva do Materialismo Histórico Dialético. In: MOLINA, Mônica C. (org.). Educação do Campo e Pesquisa II – Questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010.

VIEIRA PINTO, Álvaro. Ciência e Existência – problemas filosóficos da pesquisa científica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

---

<sup>i</sup> Sader realiza essa discussão no texto: “O indissolúvel nexó entre teoria e prática no marxismo”. In: CARTA MAIOR. Disponível em <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=15965](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15965)>. Acesso em mar. 2013.

Contato com o autor: [rafaelrossi6789@hotmail.com](mailto:rafaelrossi6789@hotmail.com)

Recebido em: 15/05/2014

Aprovado em: 12/06/2014